

PROGRAMA DO CONCURSO

(CONCURSO PÚBLICO)

PRC/2025/026/LAB/CP

Concurso público com publicidade internacional para a celebração de contrato de Aquisição de Serviços de Ensaios em Águas, Efluentes, Lamas e Resíduos

Artigo 1.º

Objeto do concurso

- I. O concurso tem por objeto a prestação, pelo adjudicatário, de serviços de Ensaios em águas, efluentes, lamas e resíduos.

Artigo 2.º

Entidade adjudicante

A entidade adjudicante é a AdCL – Águas do Centro Litoral, SA, NIPC 513 606 181, com sede na ETA da Boavista, Av. Dr. Luís Albuquerque, 3030-410 COIMBRA e com os seguintes contactos para efeito do presente procedimento.

Telef.: +351 239 980 900 | Fax: +351 239 980 949

Website oficial para todas as comunicações: <http://www.acingov.pt>

Artigo 3.º

Órgão que tomou a decisão de contratar

A decisão de contratar foi tomada pelo Conselho de Administração da AdCL, na qualidade de Órgão Competente para a Decisão de Contratar, em reunião realizada no dia 26 de março de 2025, como consta da respetiva ata.

Artigo 4.º

Plataforma eletrónica

O presente concurso é tramitado na plataforma eletrónica <http://www.acingov.pt>.

Artigo 5.º

Esclarecimentos sobre as peças do procedimento e erros e omissões do caderno de encargos

1. Os pedidos de esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do concurso e as listas com a identificação dos erros e omissões das peças do procedimento devem ser apresentados pelos interessados na plataforma eletrónica referida no artigo 4.º até ao primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.
2. Os esclarecimentos referidos no número anterior são prestados pelo júri, na plataforma eletrónica referida no artigo 4.º, até ao segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.
3. O órgão competente para a decisão de contratar pronuncia-se sobre os erros e omissões identificados pelos interessados, na plataforma eletrónica referida no artigo 4.º, até às 23h59m do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.

Artigo 6.º

Documentos que constituem as propostas

- I. As propostas devem ser constituídas pelos seguintes documentos:
 - a) Documento Europeu Único de Contratação Pública, cujo formulário tipo foi aprovado pelo Regulamento

de Execução (UE) 2016/7 da Comissão, de 5 de janeiro de 2016;

b) Declaração de proposta de preço, elaborada em conformidade com o modelo do **ANEXO II** deste Programa, na qual serão evidenciados os preços unitários por referência arredondados a duas casas decimais. Deverá ser enviada ainda a lista de preços unitários da proposta em ficheiro formato *excel* editável e em *pdf* devidamente assinada.

c) Edição atualizada dos Certificados de Acreditação, Anexos Técnicos de Acreditação e Listas de Ensaios incluídos na acreditação Flexível Intermédia e/ou Global, de todos os Laboratórios que realizem ensaios acreditados.

d) Certidão do registo comercial, com todas as inscrições em vigor, para identificação dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções **ou** que seja facultado o código de acesso para consulta online;

2. Caso o concorrente revista a forma de agrupamento, a proposta deve ainda ser constituída por designação do representante comum do agrupamento e respetivos instrumentos de mandato emitidos por cada um dos membros do agrupamento, elaborando para tal declaração conforme modelo apresentado no **ANEXO III** de Programa do Concurso.

3. Os documentos da proposta deverão ser redigidos em português.

Artigo 7.º

Apresentação de propostas variantes

Não é admitida a apresentação de propostas variantes.

Artigo 8.º

Prazo para apresentação das propostas

O prazo de entrega das propostas é de 31 dias pelo que as propostas devem ser apresentadas na plataforma eletrónica referida no artigo 4.º até às 18h00 do dia 05 de maio de 2025.

Artigo 9.º

Modo de apresentação das propostas

1. Os documentos que constituem as propostas devem ser apresentados na plataforma eletrónica referida no artigo 4.º, devendo ser assinados eletronicamente.
2. A assinatura eletrónica referida no número anterior deve ser aposta mediante a utilização de um certificado digital que reúna os seguintes dois pressupostos:
 - a) Seja um certificado de assinatura eletrónica qualificada;
 - b) Contenha as informações que permitem relacionar o assinante com a sua função e poder de representação do concorrente.
3. O cumprimento do requisito previsto na alínea b) do número anterior pode ser substituído pelo carregamento na plataforma eletrónica referida no artigo 4.º de um documento, dotado de fé pública, que permita comprovar os poderes de representação de que o assinante dispõe.
4. No caso de a proposta ser apresentada por um agrupamento concorrente, a assinatura eletrónica a que se referem os n.ºs 1 e 2 deve ser aposta pelo representante comum, mediante a utilização de um certificado digital que cumpra os requisitos previstos nos n.ºs 2 e 3 deste artigo.

Artigo 10.º

Prazo da obrigação de manutenção das propostas

É de 90 dias, o prazo da obrigação de manutenção das propostas.

Artigo 11.º

Fase de negociação

As propostas não serão objeto de negociação.

Artigo 12.º

Critério de adjudicação e critério de desempate

1. A adjudicação será feita para cada lote, segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade de melhor relação qualidade – preço nos termos previstos na alínea a) do n.º 1 do artigo 74.º do CCP, densificado em fatores elementares de avaliação das propostas relativos aos aspetos da

execução do contrato submetidos à concorrência pelo Caderno de Encargos, e respectivos coeficientes de ponderação:

Fatores do Critério de Adjudicação	Ponderação
a) Preço Global (PG)	60% (quarenta por cento)
b) Qualidade técnica – n.º ensaios acreditados (PA)	40% (sessenta por cento)

A pontuação de cada proposta, de acordo com a metodologia adotada na análise de cada um dos fatores de avaliação, bem como da aplicação dos coeficientes de ponderação respectivos, é obtida, numa escala de 1 a 10, (calculada com aproximação a 5 casas decimais) através da seguinte expressão:

$$PF = 60\% PG + 40\% PA$$

PF – Pontuação final;

PG – Preço global;

PA – Parâmetros acreditados

Avaliação do fator **Preço Global (PG)**

A escala de pontuação para a avaliação parcial do **fator 1 (Preço Global)**, que será entre 0 e 10, será atribuída pela aplicação das seguintes expressões matemáticas:

$$\text{Pontuação preço (PG)} = 10 - 1,1846407756 \times 10^{(-32)} \times (V_i)^{5,8}$$

em que:

- V_i = Valor da proposta em euros

Para o cálculo do valor da proposta (V_i), para efeitos de ordenação das propostas, será aferido em função da seguinte fórmula:

$$V_i = \sum_{i=1}^{i=n} (Pr. u_i \times Q_i)$$

Em que:

V_i – Valor para efeitos de ordenação de Propostas, em euros;

i – Número do artigo, que vai variar de 1, para o primeiro artigo, até n , o último artigo, com o número mais elevado, constante na tabela do Anexo II do Caderno de Encargos;

$p_{r.u_i}$ – Preço unitário proposto, para o artigo i , em euros;

Q_i – Quantidade estimada, para o prazo de 3 anos para o artigo i , em unidades.

2. Avaliação do fator “Qualidade técnica – n.º ensaios acreditados”

A pontuação, relativa ao fator de apreciação “Qualidade técnica – n.º de ensaios acreditados”, será determinada pela análise dos documentos da alínea b) do n.º I do Artigo 6.º do presente Programa de Concurso, mediante a atribuição da pontuação prevista na Tabela a seguir indicada:

Proposta com n.º de ensaios acreditados superiores ou iguais a 48	10
Proposta com n.º de ensaios acreditados entre 41 e 47	8
Proposta com n.º de ensaios acreditados entre 31 e 40	6
Proposta com n.º de ensaios acreditados entre 21 e 30	4
Proposta com n.º de ensaios acreditados entre 11 e 20	2
Proposta com n.º de ensaios acreditados inferiores ou iguais a 10	0

3. Em caso de empate entre duas ou mais propostas a hierarquização das propostas far-se-á do seguinte modo:

- O primeiro critério de desempate será o mais baixo preço para o item n.º 321 – Óleos Gorduras, da lista de preços unitários Anexo II do Programa do Procedimento.
- Caso permaneça o empate entre duas ou mais propostas, o segundo critério de desempate será o mais baixo preço para o item n.º 62 – Microplásticos, da lista de preços unitários Anexo II do Programa do Procedimento.
- Caso, na sequência da aplicação dos critérios anteriores, se mantenha a situação de empate, é

adjudicada a proposta selecionada na sequência de sorteio a desenrolar com os interessados, do qual será lavrada ata assinada por todos os presentes, nos seguintes termos:

- i. O júri notificará os concorrentes com uma antecedência mínima de 2 (*dois*) dias, da data, da hora e do local da realização do sorteio;
- ii. A cada concorrente será atribuído o número correspondente à ordem de entrada da sua proposta e que serviu de base à elaboração da lista dos concorrentes;
- iii. Numa urna serão introduzidas as bolas com os números respetivos;
- iv. Determinar-se-á a ordenação dos concorrentes para efeitos de retirar a bola pela maior pontuação obtida através de um lance de dados;
- v. Proceder-se-á à extração das bolas, sendo as propostas classificadas de acordo com a ordem resultante da extração, sendo classificado em primeiro lugar o concorrente com o número correspondente ao da bola retirada em primeiro lugar, e assim sucessivamente;
- vi. A não comparência de todos ou de alguns dos interessados não constitui fundamento de não realização ou de adiamento do sorteio, nem de exclusão das respetivas propostas.

Artigo 13.º

Documentos de habilitação

I. No prazo de 5 (cinco) dias a contar da notificação da decisão de adjudicação, o adjudicatário deve apresentar na plataforma referida no artigo 4, os documentos de habilitação referidos no n.º I do artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos:

- a) Declaração em conformidade com o modelo constante do Anexo II ao Código dos Contratos Públicos, em conformidade com o modelo do **ANEXO IV** ao presente Programa;
- b) Documentos comprovativos de que não se encontram nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º I do artigo 55º do CCP:
 - i. Certificado do registo criminal do adjudicatário, bem como dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência e estes se encontrem em efetividade de funções;
 - ii. Documento comprovativo da situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que seja nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;

- iii. Documento comprovativo da situação regularizada relativamente a impostos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que seja nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;

c) Comprovativo de registo no Registo Central do Beneficiário Efetivo (RCBE), quando aplicável

E ainda:

d) Declaração de aceitação do Código de Conduta para Fornecedores, de acordo com a minuta disponível no link www.aguasdocontrolitoral.pt/regulamento-para-fornecedores. O Código de Conduta para Fornecedores está disponível no mesmo link.

e) Declaração de aceitação do Regulamento para Fornecedores de acordo com a minuta disponível no link www.aguasdocontrolitoral.pt/regulamento-para-fornecedores. O Regulamento para Fornecedores está disponível no mesmo link.

2. Caso o adjudicatário revista a forma de um agrupamento:

a) Os documentos de habilitação previstos nas alíneas a), b) e c) do n.º I devem ser apresentados por todos os seus membros.

3. Os documentos referidos nos n.ºs I e 2 devem ser redigidos em língua portuguesa ou, no caso de não o serem pela sua própria natureza ou origem, são obrigatoriamente acompanhados de tradução devidamente legalizada e em relação à qual o concorrente declare a respetiva prevalência sobre os originais.

4. Caso se verifique um facto que determina a caducidade da adjudicação nos termos do n.º I do artigo 86.º do Código dos Contratos Públicos e esse facto não seja imputável ao adjudicatário, este dispõe de um prazo adicional para a apresentação dos documentos em falta, a conceder em função das razões indicadas, de até 5 (cinco) dias, sob pena de caducidade da adjudicação.

5. No entanto, nos termos e para os devidos efeitos do n.º 2 do artigo 85º do CCP, dentro do prazo de entrega dos documentos de habilitação, o adjudicatário pode requerer, por uma única vez, a prorrogação do prazo de entrega dos mesmos, devendo o órgão competente concedê-lo num prazo máximo de 5 dias.

Artigo 14.º

Modalidade jurídica do agrupamento adjudicatário

Caso a decisão de adjudicação recaia sobre proposta apresentada por agrupamento concorrente, os respetivos membros, e apenas estes, devem associar-se na modalidade jurídica de consórcio externo, em regime de responsabilidade solidária, nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 231/81, de 28 de julho.

Artigo 15.º

Despesas com a celebração do contrato

Correm por conta do adjudicatário as despesas inerentes à celebração do contrato.

Artigo 16.º

Dados pessoais

1. Os dados pessoais, que eventualmente constem das propostas e dos respetivos anexos serão analisados pela entidade adjudicante, exclusivamente no âmbito do presente procedimento, no estrito cumprimento das obrigações legais decorrentes do Código dos Contratos Públicos (CCP), respeitando as normas legais aplicáveis em matéria de proteção de dados.
2. Com a entrega das propostas, os concorrentes assumem a responsabilidade no cumprimento da legislação aplicável à proteção de dados pessoais, designadamente na licitude da obtenção dos dados pessoais e na publicitação dos mesmos na plataforma eletrónica.
3. A entidade adjudicante garante que os dados pessoais serão conservados pelo prazo estritamente necessário, tendo em atenção os critérios legais aplicáveis.
4. A entidade adjudicante garante igualmente que os concorrentes podem, de forma gratuita, solicitar esclarecimentos adicionais para efeitos de exercício dos seus direitos no âmbito da proteção de dados pessoais, bem como podem apresentar reclamação junto da Comissão Nacional de Proteção de Dados.
5. Todas as comunicações respeitantes a esta matéria deverão ser remetidas para o Encarregado de Proteção de Dados através do seguinte endereço eletrónico dpo.adcl@adp.pt ou da morada ETA da Boavista, Av. Dr. Luís Albuquerque, 3030-410 Coimbra.

ANEXO I

DOCUMENTO EUROPEU ÚNICO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA (DEUCP)

(cfr. Alínea a) do ponto I do artigo 6º do Programa de Concurso)

- Utilizar o formulário-tipo do Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP), aprovado pelo Regulamento de Execução (EU) 2016/7 da Comissão, de 5 de janeiro de 2016;
- O concorrente deverá completar o preenchimento do DEUCP pré-preenchido pela AdCL, com as informações que lhe digam respeito, na área específica do Portal da Comissão Europeia, em <http://www.base.gov.pt/deucp/welcome>, utilizando para o efeito o documento pré-preenchido disponibilizado junto às peças do presente procedimento;
- As **PARTES IV e V** do DEUCP não são aplicáveis ao presente procedimento.

ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA

(cfr. Alínea b) do ponto I do artigo 6º do Programa de Concurso)

F _____ (denominação social e sede da empresa concorrente ou de cada uma das empresas do agrupamento concorrente), depois de ter(em) tomado conhecimento do objeto da “**Aquisição de Serviços de Ensaaios em Águas, Efluentes, Lamas e Resíduos**”, a que se refere o anúncio datado de ____ de _____ de AAAA, obriga(m)-se a executar os serviços em conformidade com o Caderno de Encargos, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, incluindo sábados, domingos e feriados, pelos preços unitários identificados no ficheiro denominado ANEXO II_PC_modelo lista precos.xlsx

Às quantias supramencionadas acrescerá o imposto sobre o valor acrescentado à taxa legal em vigor.

Mais declara (m) que renuncia (m) a foro especial e se submete (m), em tudo o que respeita à execução do seu contrato, ao que se achar prescrito na legislação portuguesa em vigor.

Data _____

Assinatura(s) _____

ANEXO III

MODELO DE ACORDO-PROMESSA DE CONSTITUIÇÃO

(cfr. ponto 2 do artigo 6º do Programa de Concurso)

F, _____ (indicação das empresas signatárias e sedes) após terem tomado completo conhecimento das condições estabelecidas no Programa do Concurso para o concurso de “**Aquisição de Serviços Ensaíos em Águas, Efluentes, Lamas e Resíduos**”, e nos termos do 2 do artigo 6.º do Programa do Concurso, desde já formalizam a intenção de, em caso de adjudicação, se constituírem em _____ (indicar a figura jurídica adoptada) ^(a)

A participação qualitativa de cada empresa é a que se discrimina:

- _____
- _____

Para efeitos meramente de comunicação no âmbito do presente procedimento, as empresas associadas declaram que a empresa _____ representará a associação perante a Águas do Centro Litoral, S.A. devendo toda a correspondência ser enviada para _____ (indicar endereço, telefone e fax).

As empresas associadas assumem perante a Entidade Adjudicante responsabilidade solidária passiva, desde já, quanto à apresentação da proposta, mantendo-a no caso de adjudicação.

(As empresas associadas responderão, ainda em responsabilidade solidária passiva, com o Agrupamento Complementar de Empresas, no cumprimento do contrato de empreitada caso seja este o Adjudicatário) ^(b)

As empresas associadas aceitam a exigência de autorização prévia dada pela _____ Águas do Centro Litoral, S.A. a qualquer alteração na composição da associação, sob pena de exclusão do Programa do Procedimento.

Data _____

Assinatura (c) _____

(a) - No caso de a associação adotar alguma designação especial, acrescentar: “adotando o agrupamento a seguinte designação especial: _____” (em maiúsculas).

(b) - Só no caso de a modalidade adotada ser a do ACE.

(c) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO DO ADJUDICATÁRIO

(cfr. Alínea a) do ponto I do artigo 14º do Programa de Concurso)

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º I do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:

2 - O declarante junta em anexo [ou indica...como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º I do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º